

Não é jabuticaba - O discurso desinformativo sobre a Justiça do Trabalho no Twitter¹

Sinara Costa Alvares Silva²

Luan José Vaz Chagas³

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

Resumo

O presente artigo busca analisar a circulação de informações falsas sobre a Justiça do Trabalho no Twitter após a primeira entrevista televisiva do presidente Jair Bolsonaro como presidente da república, em janeiro de 2019. Os dados dialogam com os conceitos de verdade, desinformação e redes sociais. Além de analisar, à luz da teoria, alguns dos tweets que ecoaram as declarações falsas apresentadas na televisão. A coleta e a análise dos dados demonstram a importância de debater o processo de desinformação que surge do próprio jornalismo, no caso dos equívocos sem contraditório na entrevista do presidente da república.

Palavras-chave: Desinformação; Justiça do Trabalho; Twitter; Verdade.

Introdução

Na primeira entrevista após tomar posse no cargo mais alto do executivo brasileiro, no dia três de janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a extinção da Justiça do Trabalho poderia ser debatida em seu governo. “Qual o país do mundo que tem?”⁴, questionou reverberando uma das informações falsas mais disseminadas sobre o judiciário trabalhista: a de que, tal qual uma jabuticaba, só existiria no Brasil.

Na entrevista concedida ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), o presidente recém empossado apresentou outras informações igualmente falsas. Falou em “excesso de proteção” ao trabalhador e afirmou que o Brasil “tem mais ações trabalhistas que o mundo todo junto”.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder. Email: sinaraalvares@trt23.jus.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder e da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com estágio doutoral pela Universidad Complutense de Madrid. Email: luan.chagas@ufmt.br

⁴ Bolsonaro fala em “excesso de proteção” e fim da Justiça do Trabalho. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-fala-em-excesso-de-protecao-e-fim-da-justica-do-trabalho/>. Acesso em julho de 2022.

As informações falsas divulgadas pelo presidente logo nos primeiros dias de governo rapidamente ganharam todas as redes sociais, inclusive o Twitter, onde uma disputa de sentidos foi travada com discussões que reproduziam o discurso da entrevista ou tentavam refutar as desinformações que proliferavam naquele meio. Utilizando a ferramenta ePOCS Twitter Crawler (eTC), desenvolvida pelo laboratório de P&D BioBD da PUC-Rio, foi verificado que, entre a entrevista concedida na noite do dia 3 de janeiro e 01 de fevereiro de 2019, ou seja, um período de 29 dias após o fato, foram registrados 27.295 tweets o termo “Justiça do Trabalho”.

Esse recorte numérico que, segundo a plataforma eTC representa a maioria das manifestações, mas não a totalidade, se apresenta como uma amostra do quanto o Twitter é uma ferramenta propícia para circulação de informações, sejam elas falsas ou verdadeiras. Em parte, pela limitação de caracteres – 280 desde 2018 – em parte pelo caráter de rede social, o Twitter tem sido usado cada vez mais para práticas jornalísticas.

Apesar de utilizada pelas organizações jornalísticas, a divulgação de informação no Twitter é feita fundamentalmente pelos usuários que reportam, comentam e repercutem os acontecimentos diários.

O objetivo do presente artigo é discutir o impacto da primeira entrevista concedida após a posse pelo atual presidente da república nas conversações dos usuários do Twitter sobre a Justiça do Trabalho.

O acirramento das disputas de narrativas, intensificado nas eleições presidenciais de 2018, foi terreno fértil para proliferação da desinformação nas redes sociais (RECUERO; SOARES; GRUZD, 2020). Compreender como se dá a circulação da desinformação é fundamental para construir meios para combater e conscientizar as pessoas sobre o problema.

Resultado de uma polarização que torna cada vez mais difícil que informações furem bolhas ideológicas e algorítmicas onde cada indivíduo consome apenas conteúdos que reforçam crenças preexistentes. Realidade que foi intensificada por grupos políticos com posições radicalizadas que acabam filtrando e limitando o conteúdo que circula em determinado grupo de acordo com o viés ideológico (SOARES; RECUERO; ZAGO, 2019).

No período analisado, chamou atenção a divulgação de notícias falsas sobre a Justiça do Trabalho e direitos trabalhistas que já haviam sido muito discutidas em 2017 durante o período de aprovação da Reforma Trabalhista. A disseminação de mentiras é

grave e está no centro das discussões acadêmicas e políticas, já que tem influenciado a tomada de decisões, tanto pessoais quanto coletivas, e podem afetar diretamente direitos e garantias dos cidadãos. Fatos que realçam a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre essa temática.

Fake News, pós verdade e desinformação

O Dicionário Oxford escolheu, em 2016, o termo “pós-verdade⁵” como palavra do ano. Conforme a editora, esta expressão denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal. Em 2017, o dicionário em inglês da editora britânica Collins⁶ escolheu como palavra do ano a frase "Fake News" ou notícias falsas em português⁷. No ano seguinte, a palavra do ano escolhida pelo dicionário digital ‘Dictionary.com’ foi "misinformation⁸", desinformação ou informação errada em português⁹.

Os termos ganharam notoriedade nas campanhas do plebiscito do Brexit e na eleição americana, vencida por Donald Trump, ambas marcadas pela disseminação de notícias falsas nas mídias sociais e discursos mentirosos dos protagonistas.

Ao conceituar a expressão Pós-Verdade, o jornalista britânico e pesquisador Matthew D'Ancona (2018) afirma que a expressão mostra um contexto no qual os fatos são luxo e, frequentemente, irrelevantes. Segundo o autor, “a ascensão da indústria multibilionária da desinformação “erodiu a primazia da verdade” (D'ANCONA, 2018, p. 46).

Figueira e Santos (2019) trazem duas perspectivas sobre as notícias falsas. A primeira considera apenas aquelas que podem ser desmentidas através da verificação dos factos. A segunda inclui “a tentativa deliberada de desinformar e distorcer as notícias de molde a aumentar o descontentamento, o ressentimento e a polarização” (FIGUEIRA; SANTOS, 2019, p.14). Já para Allcott e Gentzkow (2017), as fakes news são sempre produtos intencionais que podem enganar os receptores, mas que podem ser verificados.

⁵ Word of the Year 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em julho de 2022.

⁶ Etymology Corner – Collins Word of the Year 2017. Disponível em: <https://blog.collinsdictionary.com/language-lovers/etymology-corner-collins-word-of-the-year-2017/>. Acesso em julho de 2022.

⁷ Os lexicógrafos da Collins Dictionary, que monitoram um *corpus* de 4,5 bilhões de palavras, disseram que o uso do termo aumentou 365% desde 2016.

⁸ 'Misinformation' is crowned Dictionary.com's word of the year. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/11/26/us/misinformation-dictionary-word-of-the-year-2018-trnd/index.html>. Acesso em julho de 2022.

⁹ O dicionário explicou na ocasião que, embora a palavra exista desde o final dos anos 1500, ela voltou com força à medida que a quantidade de informações falsas na internet se expandia.

Esses conceitos, no entanto, estão longe de serem consenso. Persily (2017), por exemplo, pondera que o termo fake News não é eficiente para dar conta do fenômeno. Já Habgood-Coote (2019) afirma que o conceito de fake news e o de pós-verdade são confusos e redundantes já que existem outros termos capazes de traduzir o fenômeno de forma mais acurada e também por serem propensos a apropriações políticas.

Wardle e Derakhshan (2017) também consideram o termo “fake News” inadequado. Por ser, segundo eles, ambíguo e simplista para dar conta da gravidade do problema e por ter sido apropriado por políticos de todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura acham desagradável.

Os pesquisadores preferem o termo “desordem da informação” para analisar o fenômeno e propõem três categorias: A informação errada (misinformation), quando informações falsas são compartilhadas, mas não geram dano; a desinformação (disinformation), referente à informação falsa criada e divulgada de forma consciente para causar dano; e a má-informação (mal-information), que consiste em informações reais divulgadas com o objetivo de causar prejuízos (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 4).

Independentemente da classificação escolhida, a realidade é que notícias enganosas se tornaram o ponto crucial de conflitos e disputas de poder. Dada a importância do fenômeno e suas consequências, é urgente refletir sobre a verdade e sua importância para as sociedades democráticas.

Verdade factual e democracia

No ensaio Verdade e Política (2019), publicado pela primeira vez na revista *The New York Times*, em 1967, a filósofa judia Hannah Arendt destaca a verdade factual como a verdade que interessa para a política e o jornalismo. Tal conceito é fundamental para compreender os problemas gerados pela divulgação de informações falsas nas redes sociais.

A autora diferencia duas espécies de verdade: a racional e a factual. A primeira diz respeito às verdades matemáticas e a filosóficas. Já a segunda trata dos fatos compartilhados no mundo comum e dos eventos que constituem “a verdadeira textura do domínio político” (ARENDR, 2019, p. 287).

Segundo a autora, a verdade factual é frágil e corre perigo nas mãos do poder. Mas é facilmente reconhecida por todos, pois se trata dos acontecimentos e eventos diários. Entre as diferenças entre a verdade factual e a verdade racional, Arendt aponta que ambas possuem antagonistas distintos:

O contrário de uma asserção racionalmente verdadeira é ou erro e ignorância, como nas Ciências, ou ilusão e opinião, como na Filosofia. A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações factuais. (ARENDDT, 2019, p. 308)

Segundo a autora, a verdade e a política nunca se deram bem. Afinal, ninguém inclui entre as virtudes de um político ser sincero, sendo a mentira, inclusive, tida como uma ferramenta necessária e justificável do ofício (ARENDDT, 2019). Em *O Príncipe*, por exemplo, Nicolau Maquiavel (2018) admite a utilização da mentira na política ao recomendar ao governante ser um grande fingidor e dissimulador.

Arendt aborda estas questões sob o impacto da experiência totalitária. Contudo, a reflexão é também essencial para compreender um mundo no qual as técnicas modernas de disseminação de conteúdo distorcem os fatos e distribuem mentiras para milhares de pessoas com um único clique, reduzindo assim a pluralidade de pensamento.

Para explicar os perigos que a verdade factual corre nas mãos do poder, a filósofa lança mão do exemplo do revolucionário russo Leon Trotsky, um dos maiores líderes da Revolução de Outubro de 1917. Até a época em que o ensaio *Verdade e Política* foi publicado pela primeira vez, há 55 anos, o governo stalinista havia apagado o nome de Trotsky, fazendo com que ele desaparecesse da história (ARENDDT, 2019).

Segundo a autora, as verdades racionais da matemática e da física, no caso de serem perdidas, teriam muito mais chances de serem recuperadas do que um fato que foi escondido com uma mentira, já que nenhum esforço racional o traria de volta. Algumas dessas verdades poderiam, inclusive, serem extintas para sempre do mundo.

É justamente a falta de fatos confiáveis o grande problema das discussões políticas atuais, segundo o jornalista e professor universitário Eugênio Bucci (2019). O fenômeno é chamado por ele de “interdição dos fatos”, que podem ocorrer de duas formas: “os apagões do real” e “o suicídio da consciência”.

A primeira hipótese acontece, segundo o autor, pela substituição dos acontecimentos reais por dados virtuais. Apesar dos dados serem importantes, não mostram a realidade de fato. A segunda estratégia seria o “suicídio de consciência”, em que os próprios sujeitos se recusam a conhecer os fatos que contradizem suas crenças passionais. As duas estratégias inviabilizam a formação de juízo de valor e atentam contra a política uma vez que, “sem verdade factual compartilhada, o domínio político perde a textura” (BUCCI, 2019, p.82).

A discussão política requer, portanto, fatos confiáveis para que as pessoas possam elaborar as próprias opiniões. Segundo Arendt (2019), o apagamento da linha divisória entre a verdade e a opinião é uma das inúmeras formas que a mentira pode assumir. Isso significa que os fatos e as opiniões não devem ser separados pois não são antagônicos. Para a autora, a liberdade de opinião é uma farsa a não ser que a informação factual seja garantida.

Ao discutir o papel das fontes interessadas na configuração das notícias, Lorenzo Gomis (2004) descreve a relação entre jornalistas e fontes como um campo de negociação de interesses. Segundo ele, a palavra “desinformação” apareceu em círculos militares franceses para enganar o adversário. A divulgação de mentiras ao longo da história, principalmente no período de guerras, é demonstrada pelo sociólogo belga radicado na França Armand Mattelart no livro ‘A Globalização da Comunicação’ (2002).

Nesta obra o autor demonstra que o poder exercido pela propaganda foi concebido pela primeira vez durante o período das grandes guerras mundiais. A propaganda, aliada ao poder cada vez mais crescente da comunicação, foi amplamente utilizada na manutenção de regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo (MATTELART, 2002).

As informações trazidas pelo sociólogo Belga demonstram exatamente o que Gomis (2004) considera o embrião da desinformação. Ela surge, segundo ele, quando a informação deixa de ser um fim para subordinar-se aos objetivos de uma situação conflitiva.

Aquele que dissemina desinformação age sempre com a intenção de diminuir ou impedir que o receptor tenha acesso à realidade original. Por fim, Gomis (2004) aponta o sistema político como principal fornecedor de fatos à imprensa. O que pode ser um problema já que, como ponderou Hanna Arendt, a verdade não está entre as características mais esperadas dos governantes.

Pierre Bourdieu (1996) trata sobre essa fabricação de notícias no livro Sobre a Televisão. Segundo ele, ao “se fabricar” a informação, “semeia-se” a desinformação, em razão do aumento das informações fabricadas e intensamente veiculadas. O que Bourdieu falava sobre a divulgação de notícias falsas no final na década de 1990 ganhou proporções inimagináveis com o advento da internet e redes sociais.

Desinformação nas mídias sociais

O fenômeno da desinformação tem hoje contornos definidos na configuração de uma sociedade informacional (CASTELLS, 2001).

A facilidade de transmissão de dados, imagens ou vídeos, faz o mundo movimentar informações de forma instantânea, mudando por completo a noção de tempo e espaço. Nas palavras do filósofo Marshal McLuhan¹⁰, o mundo se tornou uma aldeia global, onde a informação circula em tempo real e as distâncias são relativizadas. Com a popularização da Rede Mundial de Computadores na década de 1990 e mais recentemente com a difusão de diversas redes sociais, houve uma alteração profunda na rapidez com que conteúdos são produzidos e distribuídos para uma quantidade inimaginável de pessoas.

Segundo Recuero (2021), as redes sociais na internet trazem um novo espaço informativo à sociedade, não mais inteiramente dominado pelos chamados meios de comunicação de massa, mas igualmente pelos fluxos gerados por essas tecnologias. Essas redes formam uma teia informativa, onde as conexões estabelecidas entre os milhares de indivíduos passam a ser caminhos por onde a informação pode ser produzida, circulada e filtrada. Cada pessoa conectada é um emissor em potencial, capaz de atuar construindo, modificando e dividindo informação.

As redes sociais são, portanto, espaços de interação nos quais os atores expressam elementos de sua personalidade e individualidade (RECUERO, 2009).

A escolha do Twitter para analisar a circulação de informações a partir do discurso desinformativo do presidente se deu por ser uma rede dinâmica que se tornou muito importante para o jornalismo e difusão de conteúdo. Lançada em outubro de 2006, é uma plataforma de mensagens com caracteres limitados que teve um crescimento vertiginoso em todo o mundo¹¹ e agora costuma ser buscada de forma recorrente para acesso à informação.

Nesta rede, é possível escolher quais atores “seguir” e ser “seguido” por outros fazendo conexões por meio de links nas páginas dos usuários. Cada ator tem suas mensagens publicadas para os seguidores, que acompanham em uma janela própria. (RECUERO; ZAGO, 2009).

Nas redes sociais, a discussão política vai muito além dos círculos sociais presenciais atingindo um público infinitamente maior. Nessa plataforma, os acontecimentos sociais são reinterpretados com novos sentidos e os atores sociais, muitas

¹⁰ O conceito de aldeia global foi criado na década de 1960 pelo filósofo canadense

¹¹ De acordo com o Hubspot, a ferramenta alcançou 5 milhões de usuários ao final do ano de 2008, ou seja, dois anos após sua criação. Disponível em: <http://blog.hubspot.com/blog/tabid/6307/bid/4439/State-of-the-Twittersphere-Q4-2008-Report.aspx>. Acesso em: 20/5/2009

vezes, buscam dar visibilidade para as próprias agendas políticas (ZAGO, 2012; AQUINO BITTENCOURT, 2015).

Os smartphones, os sites de redes sociais e os aplicativos de troca de mensagens são ferramentas importantes desse processo de mediação intensiva da cultura e da sociedade (HJARVARD, 2015).

Devido às potencialidades das plataformas digitais no que se refere à publicação e compartilhamento de conteúdo, as informações falsas são disseminadas rapidamente. Foram estas características que possibilitaram a repercussão imediata das falas do presidente sobre a Justiça do Trabalho no Twitter particular de milhares de brasileiros.

A circulação do discurso desinformativo

Utilizando a ferramenta ePOCS Twitter Crawler (eTC)¹², desenvolvida pelo laboratório de P&D BioBD da PUC-Rio, foi verificado que, entre a entrevista concedida ao SBT na noite do dia 3 de janeiro e 01 de fevereiro de 2019, ou seja, em um período de 29 dias, foram registrados 27.295¹³ tweets com o termo “Justiça do Trabalho”.

As informações dos dados históricos coletados do Twitter foram extraídas da planilha em Excel fornecida pela ferramenta e organizadas em um arquivo Word. Como a intenção foi verificar a circulação das falas do presidente sobre a Justiça do Trabalho nos comentários da rede social, fez-se necessário, para aprimorar as análises, uma preparação do banco de dados textuais. Nessa etapa, foram retiradas da coleta, com a utilização de ferramenta disponível pelo próprio Word, termos irrelevantes para as análises da pesquisa como preposições e endereço de páginas na internet.

Para analisar o *corpus* textual já lapidado na fase anterior, utilizou-se um aplicativo baseado na web e de código aberto, o Voyant Tools¹⁴. A ferramenta possibilita a verificação das características de determinado *corpus* teórico apresentando resultados como listas de frequência de palavras, gráficos de distribuição de frequência e correlações entre termos nas postagens.

Fez-se então uma leitura atenta e criteriosa das unidades de análise, buscando as compreensões e concepções sobre *corpus*. Quando as unidades se mostraram

¹² A ferramenta permite a extração de dados históricos do Twitter, coletando informações sobre determinados assuntos dentro de um período de tempo especificado.

¹³ Em razão das limitações do Twitter e dos servidores da ferramenta, a eTC não coleta todos os tweets publicados, mas sim uma amostra que, segundo os testes, representam um conjunto estatisticamente relevante das manifestações no período indicado.

¹⁴ É um projeto acadêmico projetado para facilitar a leitura e as práticas interpretativas para estudantes e acadêmicos de humanidades digitais, bem como para o público em geral.

insuficientes, recorreu-se a trechos mais amplos nas mensagens originais por meios da busca avançada do próprio Twitter.

O método utilizado nesta avaliação é a análise de conteúdo que pode ganhar uma abordagem quantitativa ou qualitativa, conforme proposto por Bardin (2011). Segundo a autora, trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos diversificados. Nestas análises podem ser utilizadas diversas técnicas: “Desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (BARDIN, 2011, p. 15)

Antes de analisar a repercussão entre os usuários do Twitter das falas do presidente Jair Bolsonaro na primeira entrevista após a posse, veiculada ao vivo pelo SBT na noite do dia 03 de janeiro de 2019, faz-se necessário a descrição do trecho no qual é citada a Justiça do Trabalho. Quando questionado se o referido ramo especializado do judiciário deveria acabar, respondeu:

Eu acho que, qual país do mundo que tem? Tem que ser Justiça Comum, tem que ter sucumbência, perdeu tem que pagar. Até 1 ano e meio atrás, no Brasil, eram em torno de 4 milhões de ações trabalhistas por ano. Ninguém aguenta isso. Nós temos mais ações trabalhistas que o mundo todo junto, então algo está errado. É o excesso de proteção... (BOLSONARO, 2019)

Na sequência, o entrevistador pergunta se o governo que então se iniciava poderia apresentar alguma proposta para acabar com a Justiça do Trabalho. A resposta:

Isso aí a gente poderia até fazer, está sendo estudado, em havendo clima nós podemos discutir essa proposta e mandar pra frente. Você pode ver, a mão de obra no Brasil é muito cara. O empregado ganha pouco, mas a mão de obra é cara. Nós devemos mudar isso daí. O trabalhador ganha mil e o empregador gasta 2 mil. (BOLSONARO, 2019).

As declarações do chefe do poder executivo na televisão ecoaram nos comentários do Twitter de imediato com avaliações que ora concordavam e reproduziam as falas do presidente, ora traziam informações para refutar os dados falsos divulgados na noite do dia 03 de janeiro do primeiro ano de mandato.

Para iniciar as análises optou-se por criar, com auxílio do aplicativo Voyant Tools, uma nuvem de palavras contendo os 55 termos mais frequentes nos comentários do Twitter que citavam a Justiça do Trabalho no período analisado.



Figura 1: Termos relacionados à justiça do trabalho no *cópus* analisado. Fonte: Autoria própria.

Com essa visualização gráfica da Figura 1 dos termos mais citados pelos usuários é possível ter os primeiros *insights* sobre a repercussão desse conteúdo. Levando em consideração que, quanto maior a palavra mais ela aparece nos comentários analisados, podemos perceber que, ao lado das palavras “justiça” e “trabalho” - as mais citadas nesse recorte -, aparece em destaque o nome do presidente Jair Bolsonaro, responsável pelas declarações que movimentaram as redes sociais em janeiro de 2019.

Outro grupo de termos que aparecem de forma ligeiramente menor que as anteriores, são “fim”, “direitos”, “acabar”, “contra” e “trabalhista”. Mostram a disputa por sentidos em que os comentários ora reproduziram as falas sobre acabar com a justiça do trabalho em forma de apoio, ora demonstravam espanto com a possibilidade aventada. Na nuvem também consta a repercussão sobre o “excesso de direitos e proteção” citada pelo presidente, além da palavra SBT, veículo televisivo que divulgou o conteúdo no qual se baseia esta análise.

Na maioria das vezes, os comentários relacionados à Justiça do Trabalho estavam ligados diretamente à ideia de “Bolsonaro”, “acabar” e “fim” (Figura 2). Termos relacionados que corroboram com a hipótese de que a entrevista trazia a ideia da extinção da Justiça do Trabalho e críticas aos direitos trabalhistas dentro de um contexto de desinformação. O que também é possível verificar no link abaixo realizado pelo aplicativo Voyant Tools.

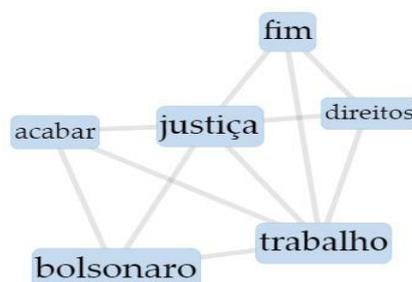


Figura 2: Análise de Similitude. Fonte: Autoria Própria.

Dentro do universo pesquisado, o termo que mais apareceu foi ‘trabalho’ (22.765 citações); seguido por ‘justiça’ (22.649); ‘Bolsonaro’ (9748); ‘fim’ (7955) e acabar (5299). Também tiveram destaque ‘SBT’ (2871), ‘excesso’ (2639) e trabalhadores (2630).

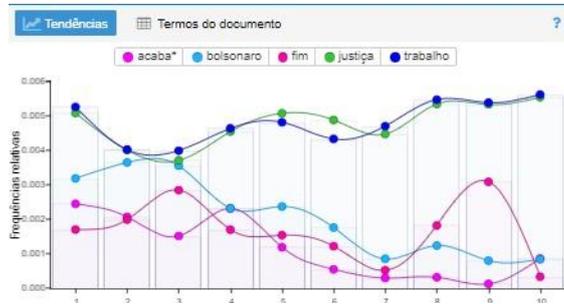


Figura 3: Gráfico de Tendências. Fonte: Autoria própria.

Essas informações também podem ser observadas no gráfico de tendências (Figura 3), que identifica os termos mais utilizados nos tweets; e no diagrama de fluxo (Figura 4) que representa a evolução da frequência das palavras em um *corpus*.

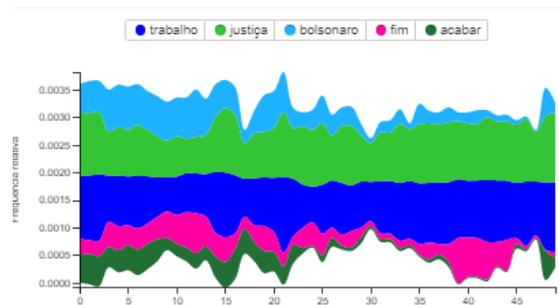


Figura 4: Diagrama de Fluxo. Fonte: Autoria própria.

Para garantir maior visualização dessa repercussão no Twitter, também foram coletados tweets da época utilizando-se da busca avançada do aplicativo. Nelas é possível perceber a reprodução dos conceitos divulgados por Bolsonaro na entrevista. Alguns usuários chamaram a Justiça do Trabalho de “Aberração” e “Jabuticaba” em uma clara referência à ideia de que tal ramo do judiciário só existe no Brasil, sugerido pelo presidente com a pergunta “Qual país no mundo que tem?”.

Replying to @UOLNoticias

Parasitas lutando pelo hospedeiro. Nada anormal. O Brasil lidera isoladamente o números de ações trabalhistas mundiais.

Justiça do trabalho é uma aberração jurídica longe dos padrões mundiais.

MBL - Jan 29, 2019

A OAB de São José dos Campos mostrou sua verdadeira função: Um sindicato aliado a partidos de extrema esquerda. Uniu-se a claude do PSTU, PSOL e afins para protestar pela **Justiça do Trabalho**, uma **jabuticaba** cara e ineficaz, que só serve para privilégios classistas.

Apesar da facilidade em buscar informações na internet, os tweets acima divulgam uma das desinformações mais difundidas sobre o judiciário trabalhista, a de que ele só existiria no Brasil. A afirmação falsa pode ser verificada com uma rápida pesquisa pelo Google já que tal justiça especializada tem lugar em cerca de 30 países pelo mundo¹⁵.

A explicação para este fenômeno pode estar no que Eugênio Bucci (2019) chama “suicídio de consciência”, ou seja, os próprios sujeitos rejeitam deliberadamente ideias que contradizem suas crenças passionais. Situação que parece corriqueira, mas que carrega em si um grande perigo para a democracia. Parafraseando Arendt (2019), não existe liberdade de opinião real se as pessoas não tiverem fatos confiáveis em mãos.

Interessante notar que o próprio Bolsonaro ao dar entrevista reproduz informações falsas viralizadas nos anos anteriores e repetidas à exaustão por políticos e até juristas brasileiros¹⁶, como a de que o Brasil possui o maior número de ações trabalhistas do mundo. Na voz do chefe do executivo, a desinformação ganha ares de verdade para seus apoiadores, como é possível observar nos tweets abaixo.

Grave violação aos empregos dos juizes, advogados e funcionários públicos... A **Justiça do trabalho** custa mais de 17 bilhões por ano aos contribuintes, **98%** das ações trabalhistas do MUNDO estão no Brasil. politica.estadao.com.br/blogs/fausto-m...

Replying to @Estadao and @fausto_macedo
Tem que acabar mesmo! Um dos poucos países que têm **Justiça do Trabalho!** Atraso para um país próspero! Concentramos 95% a **98%** das ações trabalhistas do mundo! Isso quebra e afugenta os empresários!

A declaração do presidente também resultou na divulgação de informações para tentar combater a desinformação que tomou conta dos noticiários e das redes sociais. Muitos usuários questionam as informações falsas, destacam a importância da Justiça do Trabalho e as conquistas dos trabalhadores ao longo dos anos.

Bolsonaro perguntou "qual é o país do mundo que tem [Justiça do Trabalho]?", ao ser questionado se ela deveria **acabar**. E disse que está sendo estudada a sua extinção. Desconhece que países, como a Alemanha, contam com sistema parecido com o nosso

Apenas 22 dias após as primeiras declarações do presidente eleito, Minas Gerais foi palco do maior acidente de trabalho do Brasil em vidas perdidas: o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho. A tragédia adicionou mais discussões

¹⁵ Silva, Sinara Costa Alvares. Nobre, Zequias. A Justiça do Trabalho no Mundo. Disponível em: <https://portal.trt23.jus.br/comunicacao/janelatrt/justica-do-trabalho-no-mundo/>.

¹⁶ <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/06/27/brasil-e-campeao-de-aco-es-trabalhistas-no-mundo-dados-sao-inconclusivos.htm>

e tweets ao debate travado no Twitter, já que a Justiça do Trabalho foi acionada diversas vezes neste caso¹⁷.

A justiça que garantirá a reparação civil em forma de indenização de maneira célere e eficaz às vítimas de **Brumadinho** será a **Justiça do Trabalho**, a única Justiça que funciona no Brasil e que não se rende à dominação do capital. Bolsonaro quer extingui-la ou torná-la ineficaz.

Falam que o desmoronamento da barragem de **Brumadinho** é o pior acidente trabalhista da história do Brasil. Não! O pior acidente trabalhista da história do Brasil foi a criação da CLT e da **Justiça do Trabalho**.



O período logo após a entrevista também gerou manifestações de diversas entidades, seja da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, juízes, jornalistas e estudiosos do direito. Essas informações ganharam destaque na mídia tradicional com repercussão nas redes sociais. Mas mesmo que esse discurso também tenha reverberado no Twitter, não pareceu cortar a circulação de notícias falsas.

Como a comunicação no Twitter é mediada pelo computador, é facilitada a difusão de conteúdo anônimo e sem verificação, além de deixar as pessoas à vontade para se expressarem sem os limites e valores que se obrigaram a ter em uma comunicação realizada de forma presencial.

Após estudarem sobre o compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais, Ribeiro e Ortellado (2018) chegaram à conclusão de que a desinformação gera mais engajamento pois se adequa perfeitamente às opiniões preexistentes. Arendt (2019) explica esta desvantagem da verdade em contraposição à mentira. Como o mentiroso está livre para moldar os fatos aos seus interesses e às exatas expectativas da audiência, é mais provável que seja mais convincente do que aquele que diz a verdade.

Como é possível notar nos tweets analisados, a grande maioria dos posicionamentos em relação ao discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre a Justiça do Trabalho e direitos trabalhistas é fruto da disputa de sentidos cada vez mais acirrada e ligada diretamente ao posicionamento político dos usuários. O que resulta em pouco ou nenhum diálogo entre pessoas com opiniões diferentes já que o processo desinformativo tende a manter cada indivíduo em sua própria bolha.

Considerações finais

Foi identificado que as declarações do presidente Jair Bolsonaro na primeira entrevista na televisão após a posse tiveram influência direta nas conversações do Twitter no período verificado. O fato gerou uma disputa discursiva que se deu principalmente

¹⁷ <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-juridicas/justica-do-trabalho-condena-vale-a-pagar-indenizacoes-a-espolios-e-herdeiros-de-empregados-falecidos-em-brumadinho>

entre os usuários que reproduziram o discurso do presidente disseminando a desinformação e declarando apoio político e usuários que produziram mensagens desmentindo essas informações falsas que eram, no geral, juristas, juízes, jornalista e instituições como OAB, MPT, Justiça do Trabalho e universidades.

Foi possível observar que o debate público sobre desinformação está relacionado a fenômenos mais amplos nos quais fatos sobre direitos conquistados ao longo da história ou mesmo informações que podem ser facilmente verificadas são ofuscadas pela politização do debate. A consequência desse cenário, onde circula muita desinformação, é o avanço de discursos de ódio, intolerância e preconceito.

A pesquisa cumpriu seu objetivo de analisar o compartilhamento de informações no Twitter que repercutiram as informações do presidente Jair Bolsonaro em sua primeira entrevista televisiva. Para tentar compreender essa dinâmica, realizou-se o levantamento de 27.295 tweets que foram analisados na ferramenta de análise textual Voyant Tools, o que contribuiu para uma compreensão mais ampla do fenômeno de disputa discursiva e da influência das campanhas de desinformação.

As reflexões sobre a desinformação se fazem cada vez mais necessárias, já que as informações falsas colocam em risco direitos conquistados com muito esforço ao longo do tempo. Sem a preservação da verdade factual, a sociedade continuará à deriva com processos de formação de opinião corrompidos que, em última instância, ameaçam a própria democracia: “Conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós” (ARENDDT, 2019, p.325).

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Allcott, H.; Gentzkow, M. Social media and fake news in the 2016 election. Nashville: Journal of Economic Perspectives, 2017.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Bucci, E. Existe democracia sem verdade factual? São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019
- Bourdieu, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2001

D'ANCONA, M. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

Figueira, J. (org.); Santos, S. (org.). As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Gomis, L. Os interessados produzem e fornecem os fatos. Universidade Autônoma de Barcelona. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1901/1810>. Acesso em: julho de 2022.

Hjarvard, S. Mídia-tização: conceituando a mudança social e cultural. Matrizes, Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44>. Acesso em julho de 2022.

Mattelart, A. A globalização da comunicação. São Paulo: Edusc, 2002

Maquiavel, N. O príncipe. São Paul: Edipro, 2018.

POST-TRUTH. Oxford Dictionaries, 2016. Disponível em: <https://www.oxforddictionaries.com/press/news/2016/>. Acesso em: julho de 2022

Recuero R.; ZAGO, G.; SOARES, F. Using Social Network Analysis and Social Capital to Identify User Roles on Polarized Political Conversations on Twitter. 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/454465423/RECUERO-ZAGO-Em-busca-das-redes-que-importam-pdf> . Acesso em julho de 2022

Recuero, R.; Zago, G. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14203503-Em-busca-das-redes-que-importam-1-redes-sociais-e-capital-social-no-twitter.html>. Acesso em julho de 2022.

Recuero, R. Deu no twitter, alguém confirma? funções do jornalismo na era das redes sociais. In: Anais do congresso da SBPJor. Rio de Janeiro. 2011.

Recuero, R. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Recuero,R.; Soares, B.; Gruzd, A. Anatoliy. Hyperpartisanship, Disinformation and Political Conversations on Twitter: The Brazilian Presidential Election of 2018. Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media.

Ribeiro, M.; Ortellado, P. O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. Sur -Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 27, p. 2018.

Wardle, C.; Derakhshan, H. Information disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.